

8ª CECJD – Grupo de Trabalho da Educação Inclusiva

Audição conjunta sobre o acompanhamento e avaliação da aplicação do Decreto-Lei n.º 54/2018 e Lei n.º 116/2019 - 20 de maio de 2021

Exmo. Senhor Coordenador do GT de Educação Inclusiva, Deputado António Cunha,
Senhores deputados e senhoras Deputadas,
Caríssimo colega, Professor Joaquim Colôa,

A Pró-Inclusão (Associação Nacional de Docentes de Educação Especial) existe há 13 anos e tem desenvolvido uma abundante e intensa atividade de apoio e promoção da Educação Inclusiva. Dispõe de um Centro de Formação acreditado pelo CCPFC, possui um Núcleo de Investigação, edita a revista bianual “Educação Inclusiva”, realiza congressos e simpósios internacionais, e colabora ativamente com projetos desenvolvidos em escolas e com órgãos de soberania.

A Pró-Inclusão tem desenvolvido múltiplas atividades de colaboração com a Assembleia da República nomeadamente na organização e participação em conferências e audições parlamentares.

Por essa razão, recebemos com muito agrado o convite para apresentarmos a este Grupo de Trabalho o parecer da Associação sobre a implementação e operacionalização do novo quadro normativo para a educação inclusiva, nomeadamente o DL n.º 54/2018, de 6 de julho, alterado pela Lei n.º 116/2019, de 13 de setembro.

Começamos por reconhecer e realçar a importância desta avaliação, contudo, gostaríamos de tecer algumas considerações que talvez devêssemos levar em conta para este processo:

- 1- Este **quadro normativo é recente** (estão decorridos dois anos letivos) e a sua implementação, e operacionalização, foram profundamente afetadas pela pandemia da Covid-19; numa primeira fase, as escolas fizeram um esforço para incorporar os princípios inscritos nos novos diplomas, mas, no segundo ano, com a pandemia a obrigar ao encerramento das escolas e à emergência do ensino à distância, foram obrigadas a reajustar as suas prioridades.

Diríamos que, fundamentalmente, este período, fez sobressair a força de algumas comunidades educativas, mas simultaneamente, a enorme fragilidade de outras.

Enquanto umas, pelo percurso já iniciado e, de algum modo, consolidado, conseguiram que nenhum aluno ficasse para trás, porque existiam redes constituídas, dentro e fora da escola, e que foram imediatamente convocadas, outras, muitas, infelizmente, mostraram grande dificuldade em mobilizar as suas comunidades, em acompanhar todos os alunos, nomeadamente os que pertencem a grupos de maior vulnerabilidade, como sejam os alunos com necessidades específicas, ou com deficiência, em risco de abandono escolar, ou de condições sociais mais frágeis.

Estas escolas mostraram também dificuldades em alocar os recursos e os apoios necessários. A acrescentar ainda, a incerteza e insegurança provocadas pela evolução da pandemia, com os sucessivos encerramentos e reaberturas das escolas, à

desmotivação dos alunos, ao cansaço dos professores e das famílias, criando, deste modo, novos desafios para as escolas.

Agora, com o retorno às aulas (e ainda com enorme inconstância – acabámos de saber que todas as escolas e JI de um agrupamento tiveram de encerrar e os seus alunos terão de voltar ao E@D durante 14 dias), colocam-se nos pratos de uma mesma balança, fatores que, seguramente, condicionam todo o processo. Por um lado, as preocupações legítimas, com a recuperação das aprendizagens, mas também, as questões relacionadas com a saúde mental dos alunos, dos professores e das famílias. As profundas alterações e desgaste que muitas famílias sofreram (incluindo as dos professores), e estão a sofrer no seu seio (provocadas pela perda do emprego, a conciliação do teletrabalho com as necessidades pessoais e familiares, outras condições de saúde cujo acompanhamento foi na maioria dos casos adiado, etc., etc.) e cujo impacto se projeta no comportamento dos alunos. Ou seja, a escola é, neste momento, fortemente solicitada a ter outros papéis que a desafiam noutros sentidos que não só o da educação formal e académica, importante, sem dúvida, mas também no sentido do desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, da resolução de problemas, do relacionamento interpessoal, entre outras dimensões, ou seja, no sentido da cidadania, dos direitos humanos, da participação social, da proteção e do cuidado com os seus membros e, este caminho, requer tempo e persistência, de modo a garantirmos a estabilidade dos sistemas educativos, aliás tal como expresso nos princípios do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória... Podemos afirmar, sem receio de extrapolar, que estes, são os grandes desafios que as escolas enfrentam atualmente e podemos fazê-lo porque os testemunhos nos chegam diariamente, na primeira pessoa, na voz dos docentes de todo o país. É impossível não considerarmos este contexto e este tempo, no processo de acompanhamento e avaliação da implementação do Decreto-Lei n.º 54/2018. No entanto, também por todas as razões apontadas, pensamos que, do mesmo modo, se abrem oportunidades extraordinárias às escolas que as ajudarão a concorrer para estas mudanças.

- 2- Estes normativos, são **conceptualmente ambiciosos**, procurando tornar todas as escolas (TODAS), escolas de inclusão (vide *Relatório de Monitorização Global da Educação 2020, da UNESCO - 'All Means All'*);

Conceitos de base, como equidade, inclusão, educação para todos, inovação, ou de operacionalização, como diferenciação, acomodações, adequações estão ainda a necessitar de clarificação para que todos os atores educativos saibam exatamente ao que se refere quando falamos de cada uma deles.

- 3- A **avaliação do processo**, com intencionalidade e traduzida em melhoria das práticas aumentando a qualidade da intervenção, é mais importante que a avaliação normativa, isto é, devemos **avaliar o progresso** que foi feito para atingir este desiderato de atingir um sistema de ensino plenamente inclusivo e não simplesmente enumerar o que falta para chegar a uma situação ideal (a que nenhum país chegou e nós estamos mais perto de chegar). Lembramos de novo o *Relatório de Monitorização Global da Educação 2020*, da UNESCO ou o Barómetro da Educação Inclusiva 2020, da *European Association of Service providers for Persons with Disabilities (EASPD)*;
- 4- O facto de termos este objetivo de criar escolas inclusivas em todas as escolas regulares tem custos, sobretudo ao nível dos recursos: **se distribuirmos os recursos existentes**

por **810 agrupamentos**, caberia menos a cada um, do que se os distribuíssemos, por exemplo, a 100 escolas “inclusivas”.

Ainda assim, há lucros: as escolas inclusivas são de proximidade (uma proximidade que se faz com a comunidade onde estas se inserem, que se faz entre as pessoas que a constituem, que estão dentro dela) e é reforçada a ideia de que inclusão é de todo o sistema (seja o da comunidade, seja o das próprias) e não algo que se passa num espaço confinado e selecionado (seja a escola em si mesma, seja numa sala, num projeto).

- 5- Temos seguido o percurso das escolas que têm **rentabilizado os seus recursos e competências para educar todos os alunos**. Estas escolas – ainda que possuam característica próprias, são inspiradoras para todo o sistema educativo. Citamos o AE Vilela, a Escola da Ponte, AE da Boa Água, AE Camões, Montijo, Almogrove, Rio Maior, Alcanena, etc. etc. São escolas onde tudo é perfeito? Não! São escolas que estão abertas aos desafios, identificando as suas vulnerabilidades e procurando soluções.
- 6- Realçamos a importância da **interseção da Inclusão com outros projetos**: Autonomia e Flexibilidade Curricular (DL n.º 55/2018), Perfil dos Alunos à Saída da escolaridade Obrigatória, Projeto Maia, Plano Nacional das Artes, etc.
- 7- Tendo em conta a experiência do Centro de Formação da Pró-Inclusão, a **formação contínua de professores** tem tido um aumento exponencial. No caso do nosso Centro, desde o início do ano letivo e até ao momento, tivemos 1231 formandos, com cursos diferenciados, cuja temática transversal é obviamente a educação inclusiva, mas onde os professores (de educação especial e não só) e outros agentes educativos (psicólogos, terapeutas) têm procurado e encontrado uma formação de elevada qualidade. Realçamos o facto das oportunidades criadas com a modalidade de formação on-line que traz para os grupos de formandos, contribuições de todo o país, das ilhas e até do estrangeiro (Brasil, Macau, Moçambique e Angola), permitindo uma visão ampla e diversa das experiências de educação e principalmente, de educação inclusiva.
- 8- A Inclusão acaba também por ser afetada por **questões que à partida lhe são exteriores**, mas que a afetam profundamente como sendo as reivindicações salariais dos professores (e o inerente descontentamento), o envelhecimento da classe docente e as tensões mais exacerbadas que se verificaram durante a pandemia.
- 9- Finalmente, não podemos deixar de dizer que se verifica uma **fortíssima adesão à ideia de inclusão**, adesão que se verifica mesmo em escolas especiais, Universidades, ESE's, em associações e em todos os setores de opinião. Este facto não é um facto adquirido sobretudo se tomarmos em atenção a experiência internacional.

Permanecem, no entanto, problemas dos quais não nos podemos alhear e de que precisamos continuar a tratar:

- a) Atitudes na escola em relação à aceitação do sucesso de todos os alunos... Chamamos particular atenção para o **modelo de avaliação** vigente, cujo propósito, é a preparação para os exames, a classificação e, em última análise, a entrada para a universidade, e este modelo é profundamente redutor, inibindo a implementação

de práticas diferenciadas e mais inclusivas por não atender à diversidade existente em sala de aula;

- b) Necessidades de **formação** para responder a questões mais concretas de gestão diversa do currículo (currículo inclusivo), gestão da sala de aula, trabalho com condições de deficiência específicas, novo paradigma de currículo e avaliação.
- c) Permanecem dificuldades em realizar um efetivo trabalho de **inclusão com grupos específicos** como os emigrantes (sobretudo os que não falam português), a etnia cigana, por exemplo.
- d) Pensamos que é necessário um novo olhar sobre os **Centros de Recursos para a Inclusão** (financiamento, critérios de funcionamento, cobertura geral). O modelo de funcionamento tem em muitos casos vindo a ser suprido por juntas de freguesia, fundações, associações, entidades particulares, e mesmo por escolas e agrupamentos.
- e) Pensamos que é igualmente necessário um novo olhar sobre o Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, em particular, sobre as **Equipas Locais de Intervenção** (ELIs). Consideramos premente, o reforço e o investimento, por parte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, e do Ministério da Saúde, nestas estruturas pluridisciplinares.
- f) Pensamos que haveria aspetos da lei que mereceriam uma **discussão para a sua revisão** nomeadamente formulações que se revelaram equívocas sobre as acomodações, as adaptações curriculares, sobre a abordagem multinível, a participação dos professores de EE nas medidas universais, entre outras.
- g) Consideramos fundamental que decorra um processo efetivo e claro de **acompanhamento e monitorização/supervisão positiva** sobre o trabalho que as escolas estão a fazer, incluindo as do ensino particular, e de um modo particular naquelas onde se identificam maiores vulnerabilidades e dificuldades em incorporar estes princípios. A possibilidade de, no seu seio, serem implementados espaços (tempos) de autorreflexão e desenvolvimento de práticas colaborativas.
- h) Sugerimos que se abra um **fórum de discussão sobre as alterações à lei** e não que estas sejam unicamente sugeridas por grupos parlamentares. A Pró-Inclusão está disponível para animar esta discussão e trazer estes resultados para a Assembleia da República.

A Direção da Pró-Inclusão, Associação Nacional de Docentes de Educação Especial

Em representação da Pró-Inclusão estiveram presentes na Audição:

- Margarida Loureiro (Presidente)
- Maria Rosalina Veiga
- Marília Pelica
- Professor David Rodrigues (Convidado)